

1 Ata da Sessão Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
2 de Campinas, realizada aos oito dias do mês de outubro de 2024, às quatorze horas, de
3 forma presencial. Estiveram presentes na abertura, Ricardo Leite de Moraes, presidente do
4 CMDCA, gestão 2024-2025, e os(as) conselheiros(as) titulares do poder público: Joelma
5 Neves Cavalcante, Pamela Cristina Pereira, Fernando Henrique Martins e Mariana Barão.
6 Chegou após o início dos trabalhos Alexandra Sevilha Meleschco Ganev. Titulares da
7 sociedade civil: Ricardo Leite de Moraes, Silmara Cristina Ramos Quintana, Adriana Cristina
8 da Silva Arten e Clarice Carlota. Chegaram após o início dos trabalhos Vanessa Cristina Dias
9 de Souza e Jeanne Maria Madureira de Camargo Rodrigues. Suplentes presentes: Adriana
10 Vitorino Rossi, Maria Célia Carmona Maciel e Karina Rodrigues de Castro. Estiveram
11 presentes os seguintes convidados(as): Arionaldo Veiga de Almeida (ITI), Luciana C. Murari
12 Conceição (Saber Aprendizizes), Tatiane Silva Nunes (Rede Cidadã), Márcia Silva (Comissão
13 de Registro), Elaine Lisboa (CRAMI Noroeste), Sérgio Augusto Tribst (AFETEJ – Mudando
14 Minha História), Andrea Cristina Mecenero (Obra Social São João Bosco/Comissão de
15 Registro). Apresentaram justificativa de ausência: Virgínia Wehmuth Schmitt, Margarida
16 Montejano da Silva e Marcelo Hennies. Verificado o quórum de 11(onze) conselheiros(as)
17 com direito a voto no início da reunião de 11 votantes. **Expediente:** 1) Leitura, discussão e
18 aprovação da ata da reunião do colegiado do dia 09 de setembro de 2024. Aprovado por
19 unanimidade. **Ordem do dia:** 1) Planejamento orçamentário para as ações das
20 Comissões/Comitês e da Diretoria Executiva do Conselho para o ano de 2025. Silmara
21 coloca a questão da dificuldade das comissões de realizarem contratações em decorrência
22 da enorme burocracia a que os processos do CMDCA estão submetidos. Diz que apesar da
23 existência de recurso o acesso a ele é dificultado. Ricardo coloca que: há a possibilidade de
24 criar um manual, a necessidade de uma representação no GT Compras, da presença do
25 servidor Cláudio em alguns encontros para explicar os processos de compras. Silmara
26 complementa que conseguiu cumprir os prazos, porém da parte da Secretaria de
27 Desenvolvimento e Assistência Social, que gerencia o fundo, há uma morosidade. Vanessa
28 coloca a questão da necessidade de qualificação do processo. Afirma que não é por falta de
29 vontade. Restando aos coordenadores de comissão o desafio de manter vivo o interesse dos
30 participantes. Em regime de votação, o Planejamento Orçamentário para 2025 foi aprovado
31 por 10 votos e uma abstenção. 2) Relatórios do FMDCA dos meses de junho e julho de 2024.
32 Apresentado por Adriana Cristina da Silva Arten. A conselheira Adriana Rossi refletiu que os
33 números mostram que há muito dinheiro em caixa e questiona os motivos. Faz uma
34 associação com as dificuldades apresentadas pelos conselheiros para acessar os recursos.
35 Célia, conselheira tutelar, questiona os valores que entraram no caixa. Adriana demonstra

36 que há a correção e a devolução de recursos. Em regime de votação: Aprovado por
37 unanimidade. 3) Indicação para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação da
38 execução dos termos de fomento celebrados entre a administração pública e organizações
39 da sociedade civil referentes à Resolução CMDCA 029/2024. Mariana explica que há a
40 necessidade de composição da comissão por conselheiros do poder público. Não havendo
41 candidatos, se optou por colocar em votação a indicação de todos os conselheiros do poder
42 público para a composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação da execução da
43 Resolução CMDCA 029/2024. Aprovado por unanimidade. O presidente Ricardo propõe a
44 inserção da questão da indicação de um membro do poder público para compor a Comissão
45 de Ética do Conselho Tutelar. Questionado o plenário, não foi obtida nenhuma
46 manifestação. 4) Pedido de validação dos seguintes cursos de aprendizagem profissional:
47 Curso de Administração Rural da entidade Centro e Integração Empresa Escola - CIEE. Em
48 regime de votação: aprovado por unanimidade. Sobre o Curso Comércio Varejista da
49 entidade Rede Cidadã. Em regime de votação: aprovado por unanimidade. 5) Pedido de
50 concessão inicial de registro das seguintes entidades: a) Associação de Assistência ao
51 Menor Fonte Água Viva. Foi realizada a leitura do parecer da Comissão de Registros pela
52 conselheira Silmara. Joelma, conselheira da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência
53 Social, coloca que o abrigo já está em funcionamento desde ontem e que a título de
54 informação, o processo de constituição foi acompanhado pelo poder público. Silmara fala
55 que assim que for realizado o novo pedido, será analisado. Reflete que há um
56 distanciamento do poder público com este colegiado e que algumas informações poderiam
57 ter sido compartilhadas para facilitação da análise. Que utilizaram somente as informações
58 documentais que embasaram o pedido. A conselheira Adriana Vitorino se ausenta e o
59 quórum passa para 10 votantes. Joelma explica que o nome das entidades muitas vezes é
60 constituído de forma história e realmente gera incômodo, porém utilizam de nome fantasia.
61 Fala das visitas ao imóvel pela equipe da Alta complexidade e que já está recebendo
62 crianças e na próxima semana terá atingida sua capacidade total de 20 (vinte) crianças
63 acolhidas. Mariana Barão fala do marco regulatório que prevê a instalação, no município,
64 de organizações que ainda não estão no território quando concorrem. Que só iniciarão a
65 instalação quando souberem do resultado do chamamento público. A conselheira Clarice
66 Carlota se ausentou do plenário. Quórum de 9 votantes. A conselheira Vanessa fala da
67 necessidade de exigir um pouco mais das instituições na escrita dos projetos e pedidos, pois
68 quando analisou projetos, encontrou equívocos e fez diligências. Ao receber os resultados
69 da diligência, notou que os projetos estavam piores que o estado anterior à diligência.
70 Reflete que a escrita e os critérios devem ser pensados com cuidado e atenção pelas

71 organizações. Ricardo faz uma reflexão sobre os pontos apresentados e propõe que se
72 encaminhe a votação. Mariana propõe que seja colocado em votação, também a realização
73 de diligência para apontamento a organização sobre quais pontos podem ser melhorados.
74 Pâmela ausenta-se do plenário, restando 8 votantes. Em regime de votação. Aprovado o
75 indeferimento 4 votos. Para a diligência são obtidos 3 votos e um voto de abstenção sobre
76 a questão. b) Pedido de concessão inicial de registro do Instituto Alicerce. Realizada a
77 leitura do parecer pela Conselheira Silmara. Após sanadas as dúvidas. Em regime de
78 votação: aprovado por unanimidade o INDEFERIMENTO. c) A respeito do pedido de
79 concessão inicial de registro do CEDAP. Aprovado por unanimidade a concessão inicial de
80 registro. 6) Pedido de concessão de registro definitivo da entidade Associação Espírita Lar
81 Maria de Lourdes. Em votação: aprovado por unanimidade o INDEFERIMENTO. Não
82 havendo mais nada a se tratar, eu, Fernando Henrique Martins, lavrei a presente ata.